

da história, e captá-lo não é tarefa de cronistas ou antiquários, que recolhem fatos, datam a época, corrigem nomes, sem perceber o homem como ser histórico”. Completa sua concepção da finalidade da história afirmando que “a compreensão dêste todo significativo, valorativo do que se passou e se passa é o dever supremo do historiador” (pág. 432). E’ nesta perspectiva que êle vê também a formação do historiador.

No Apêndice II, o Autor continua dentro da mesma linha de pensamento tendo ainda em vista “O ensino superior da história e a reforma universitária”. Ao combater a cátedra e conseqüentemente, no caso específico da história, a ineficácia das grandes divisões do período histórico inerentes a essa estrutura de ensino, êle apresenta as vantagens da existência de cursos não vinculados a cadeiras e portanto mais elásticos, e conclui que, “quem aprende bem um pouco saberá sempre aprender mais em profundidade” (pág. 464).

Como última questão, José Honório Rodrigues lembra o desinteresse existente no Brasil por parte do govêrno, quanto a tarefa do historiador, tanto nas fases de paz como nas fases extraordinárias. E isto é tanto mais significativo quando “sabemos que nenhuma nação cresceu sem uma liderança consciente e esclarecida” (pág. 467). Aprofunda ainda mais sua colocação do problema universidade-participação na vida do país, advertindo que “o ponto importante, que torna política a questão, é que a reforma universitária exige a reforma social”. Concluindo, deixa-nos a pergunta: “se a sociedade permanece a mesma, com seus privilégios e seu consumo conspícuo para as elites, para que reformar o ensino?” (pág. 468).

M. STELLA M. BRESCIANI

\* \* \*

\*

RODRIGUES (José Honório). — *A Pesquisa Histórica no Brasil*. 2º edição, Coleção Brasileira, Série Grande Formato, Vol. XX. Companhia Editôra Nacional. São Paulo. 1969.

*A Pesquisa Histórica no Brasil* (1º edição 1952), a *Teoria da História do Brasil* (edições de 1949, 1957, 1967) e *História e Historiadores do Brasil* (editada em 1965) surgiram de um plano de trabalho elaborado por José Honório Rodrigues em 1949, que abrange uma série de estudos cuja finalidade é orientar o pesquisador de História sôbre uma série de problemas de ordem metodológica ou prática que se colocam durante a elaboração do seu trabalho. *A Pesquisa Histórica no Brasil* é na presente edição um nôvo livro, atualizados e revistos os temas e conceitos nele apresentados. O Autor, conhecido como uma das maiores autoridades no que diz respeito ao conhecimento dos arquivos brasileiros, completa essa 2º edição com indicações precisas de inúmeras publicações bibliográficas existentes sôbre as fontes históricas brasileiras no território nacional e estrangeiro.

Considerando de início que a “pesquisa histórica é a descoberta cuidadosa, exaustiva e diligente de novos fatos históricos, a busca crítica da documentação que prove a existência dos mesmos, permita sua incorporação ao escrito histórico, ou a revisão e interpretação nova da História” e “deve obedecer aos princípios críticos da disciplina, às regras acumuladas pelo equipamento das chamadas ciências auxiliares” (pág. 21), o Autor coloca como premissa fundamental a caracterização do evento histórico, que aparece após uma discussão encaminhada para a

análise das contribuições específica de cada corrente de pensamento à elaboração da filosofia da história. Ao materialismo histórico José Honório Rodrigues atribui o mérito indiscutível de “estabelecer as relações funcionais entre a estrutura e a superestrutura da realidade histórica”, as quais devem ser o objetivo do “historiador que está preparado para sua tarefa” e não pretende “esgotar-se nos meros fatos despidos de significação” (pág. 31).

Através da introdução de um novo capítulo, “Os instrumentos do trabalho histórico”, retirado da *Teoria da História do Brasil* onde aparece sob o título de “As fontes históricas”, agora modificado e acrescido de novos dados, discute o problema da utilização de fontes históricas de natureza diversa e analisa uma série de dificuldades técnicas e institucionais relativas ao funcionamento das organizações orientadas para a pesquisa no Brasil. Essas mesmas dificuldades prejudicam o trabalho do pesquisador sério e comprometem “o desenvolvimento da historiografia que está sempre na dependência da utilização e controle das fontes, do aperfeiçoamento da pesquisa e dos métodos” (pág. 121).

As tentativas anteriormente feitas com o objetivo de promover a colheita e catalogação de documentos históricos são analisados no capítulo “A evolução da pesquisa histórica pública brasileira” onde aparece uma série de considerações sobre os métodos de trabalho e resultados alcançados pelas instituições ligadas à pesquisa, desde a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que inaugura tal tipo de empreendimento no Brasil.

José Honório Rodrigues aponta a “deficiência da técnica, a insuficiência metódica e teórica” como “responsáveis pela fraqueza da pesquisa”, salientando que o “ensino universitário é o principal responsável pela pouquidade e debilidade da pesquisa no Brasil”, uma vez que ele não atende as exigências para a formação de bons pesquisadores, tornando-os incapazes de resolver as dificuldades da “nova pesquisa, que supõe a utilização de recursos das ciências sociais, inquéritos, entrevistas, técnicas quantitativas, busca de dados familiares e individuais, especialmente para a história contemporânea, que sirvam para a colheita e interpretação” (pág. 23).

Como possível solução para todas as dificuldades o Autor expõe um plano de criação de um Instituto Nacional de Pesquisa Histórica, devidamente apoiado pelo Estado, que tem se mantido indiferente em relação ao desenvolvimento da pesquisa no Brasil. Sua “finalidade essencial” seria “promover e estimular a pesquisa histórica oficial e pública no Brasil e no estrangeiro, planejando a organização dos instrumentos do trabalho histórico, inventariando e reproduzindo os papéis históricos do Brasil e relativos ao Brasil, existentes no estrangeiro, e preparando a formação profissional de historiadores e pesquisadores de história” (pág. 239). Para um trabalho de tal magnitude o Instituto Nacional de Pesquisa Histórica procuraria a “colaboração de todas as instituições de caráter histórico, tais como a Biblioteca Nacional, o Arquivo Nacional, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, os Institutos Históricos estaduais e os Departamentos de História das Universidades” (pág. 240).

MARÍSIA COSTA

\* \*

\*